

TABELA DE LEGISLAÇÃO SIGNIFICATIVA RELACIONADA COM TRABALHOS EM ALTURA

Área	Requisito legal	Data de publicação	Âmbito	Altera	Revoga	Alterado por:
Código do trabalho	Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro	12-02-2009	Código de Trabalho		<p>1 — São revogados:</p> <p>a) A Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, na redacção dada pela Lei n.º 9/2006, de 20 de Março, pela Lei n.º 59/2007, de 4 de Setembro, e pela Lei n.º 12 -A/2008, de 27 de Fevereiro;</p> <p>b) A Lei n.º 35/2004, de 29 de Julho, na redacção dada pela Lei n.º 9/2006, de 20 de Março, e pelo Decreto -Lei n.º 164/2007, de 3 de Maio;</p> <p>c) As alíneas d) a f) do artigo 2.º, os n.os 2 e 9 do artigo 6.º, os n.os 2 e 3 do artigo 13.º, os artigos 7.º, 14.º a 40.º, 42.º, 44.º na parte relativa a contra -ordenações por violação de normas revogadas e o n.º 1 e as alíneas d) e e) do n.º 2 do artigo 45.º, todos da Lei n.º 19/2007, de 22 de Maio.</p> <p>2 — O artigo 6.º do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, sobre lei aplicável ao contrato de trabalho é revogado na medida em que seja aplicável o Regulamento CE/593/2008, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de Junho, sobre a lei aplicável às obrigações contratuais (Roma I).</p> <p>3 — A revogação dos preceitos a seguir referidos do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, produz efeitos a partir da entrada em vigor do diploma que regular a mesma matéria:</p> <p>a) Artigos 272.º a 312.º, sobre segurança, higiene e saúde no trabalho, acidentes de trabalho e doenças profissionais, na parte não referida na actual redacção do Código;</p> <p>b) Artigo 344.º, sobre comparticipação na compensação retributiva;</p> <p>c) Artigos 471.º a 473.º, sobre conselhos de empresa</p>	<p>Aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 105/2009, de 14 de setembro, 53/2011, de 14 de outubro, 23/2012, de 25 de junho, 47/2012, de 29 de agosto, 69/2013, de 30 de agosto, 27/2014, de 8 de maio, 55/2014, de 25 de Agosto, 28/2015, de 14 de abril, 120/2015, de 1 de setembro, Lei n.º 8/2016, de 1 de abril, 28/2016, de 23 de agosto, 42/2016, de 28 de Dezembro, Lei n.º 73/2017, de 16 de Agosto e Declaração de Retificação n.º 28/2017, de 2 de Outubro</p>
Código do trabalho	Lei n.º 105/2009, de 14 de Setembro	14-09-2009	Procede à primeira alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro	Primeira alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro		
Código do trabalho	Lei n.º 53/2011, de 14 de Outubro	14-10-2011	Procede à segunda alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro	Segunda alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro		
Código do trabalho	Lei n.º 23/2012, de 25 de Junho	25-06-2012	Procede à terceira alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro	Terceira alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro		
Código do trabalho	Lei n.º 47/2012, de 29 de agosto	29-08-2012	A presente lei procede à quarta alteração ao código do trabalho, aprovado pela Lei 7/2009, de 12 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 105/2009, de 14 de setembro, 53/2011, de 14 de outubro e 23/2012 de 25 de junho.	Quarta alteração ao código do trabalho, aprovado pela Lei 7/2009, de 12 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 105/2009, de 14 de setembro, 53/2011, de 14 de outubro e 23/2012 de 25 de junho.		
Código do trabalho	Lei n.º 69/2013, de 30 de Agosto	30-08-2013	Procede à quinta alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro	Quinta alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro		
Código do trabalho	Lei n.º 27/2014, de 8 de maio	08-05-2014	Procede à sexta alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro	Sexta alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro		
Código do trabalho	Lei n.º 55/2014, de 25 de agosto	25-08-2014	Procede à sétima alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro	Sétima alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro		
Código do trabalho	Lei n.º 28/2015, de 14 de abril	14-04-2015	Procede à oitava alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro	Oitava alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro		
Código do trabalho	Lei n.º 8/2016, de 1 de abril	01-04-2016	Procede à nona alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro	Nona alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro		
Código do trabalho	Lei n.º 28/2016, de 23 de agosto	23-08-2016	Procede à décima alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro	Décima alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro		
Código do trabalho	Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro	28-12-2016	Procede à décima primeira alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro	Décima primeira alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro		
Código do trabalho	Lei n.º 73/2017, de 16 de agosto	16-08-2017	Reforça o quadro legislativo para a prevenção da prática de assédio, procedendo à décima segunda alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro	Décima segunda alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro		
Código do trabalho	Declaração de Retificação n.º 28/2017, de 2 de outubro	02-10-2017	Declaração de retificação à Lei n.º 73/2017, de 16 de agosto	<p>Retifica:</p> <p>No n.º 3 do artigo 563.º do Código do Trabalho, constante do artigo 2.º (Alteração ao Código do Trabalho), onde se lê:</p> <p>«O disposto no n.º 1 não se aplica no caso de contraordenação a que se refere o n.º 4 do artigo 29.º»</p> <p>deve ler-se:</p> <p>«O disposto no n.º 1 não se aplica no caso de contraordenação a que se refere o n.º 5 do artigo 29.º»</p>		

TABELA DE LEGISLAÇÃO SIGNIFICATIVA RELACIONADA COM TRABALHOS EM ALTURA

Área	Requisito legal	Data de publicação	Âmbito	Altera	Revoga	Alterado por:
Segurança e Saúde no Trabalho	Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro	10-09-2009	Regulamenta o regime jurídico da promoção e prevenção da segurança e da saúde no trabalho, de acordo com o previsto no artigo 284.º do Código do Trabalho, no que respeita à prevenção		Revoga o Decreto -Lei n.º 441/91, de 14 de Novembro; o Decreto -Lei n.º 26/94, de 1 de Fevereiro; o Decreto -Lei n.º 29/2002, de 14 de Fevereiro; a Portaria n.º 1179/95, de 26 de Setembro.	Alterado pela Lei n.º 3/2014, de 28 de janeiro: Os artigos 1.º, 2.º, 3.º, 4.º, 15.º, 18.º, 19.º, 41.º, 43.º, 46.º, 47.º, 49.º, 53.º, 54.º, 59.º, 64.º, 66.º, 68.º, 72.º, 74.º, 75.º, 76.º, 77.º, 78.º, 80.º, 81.º, 82.º, 83.º, 84.º, 85.º, 86.º, 88.º, 90.º, 91.º, 93.º, 94.º, 95.º, 100.º, 108.º, 111.º, 114.º e 115.º da Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro, alterada pela Lei n.º 42/2012, de 28 de agosto Alterada pela Lei n.º 42/2012, de 28 de agosto. É revogado o n.º 3 do artigo 100.º da Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro.
Segurança e Saúde no Trabalho	Lei n.º 42/2012, de 28 de agosto	28-08-2012	Aprova os regimes de acesso e de exercício das profissões de técnico superior de segurança no trabalho e de técnico de segurança no trabalho	1.ª alteração à lei n.º 102/2009, de 10 de setembro		
Segurança e Saúde no Trabalho	Lei n.º 3/2014, de 28 de janeiro	28-01-2014	Procede à segunda alteração à Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro, que aprova o regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho, e à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 116/97, de 12 de maio, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 93/103/CE, do Conselho, de 23 de novembro	2.ª alteração à Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro		ver Declaração de Retificação nº 20/2014, de 27 de março
Segurança e Saúde no Trabalho	Declaração de Retificação nº 20/2014, de 27 de março	27-03-2014	Declaração de Retificação nº 20/2014, de 27 de março	Declaração de Retificação nº 20/2014, de 27 de março		
Segurança e Saúde no Trabalho	Decreto-Lei nº 88/2015, de 28 de maio	28-05-2015	Procede à terceira alteração à Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro	3ª alteração à Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro		
Segurança e Saúde no Trabalho	Lei n.º 146/2015, de 09 de setembro	09-09-2015	Procede à quarta alteração à Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro, e (Regula a atividade de marítimos a bordo de navios que arvoram bandeira portuguesa e procede à segunda alteração aos Decretos-Leis 274/95, de 23 de outubro, e 260/2009, de 25 de setembro,...	4ª alteração à Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro	Revoga o Decreto-Lei n.º 145/2003, de 2 de julho	
Segurança e Saúde no Trabalho	Lei n.º 28/2016, de 23 de agosto	23-08-2016	Procede à quinta alteração à Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro, dando nova redação ao artigo 16.º	5ª alteração à Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro		
Segurança e Saúde no Trabalho	Portaria n.º 255/2010, de 5 de Maio	05-05-2010	Aprova o modelo do requerimento de autorização de serviço comum, de serviço externo e de dispensa de serviço interno de segurança e saúde no trabalho, bem como os termos em que o requerimento deve ser instruído.			
Segurança e Saúde no Trabalho	Portaria n.º 275/2010, de 19 de Maio	19-05-2010	Estabelece as taxas aplicáveis aos processos de autorização de Serviços de SST			
Segurança e Saúde no Trabalho	Portaria n.º 257/2014, de 11 de dezembro	11-12-2014	Fixa o pagamento de taxas para a certificação de entidades formadoras para cursos de formação de técnico superior e técnico de segurança no trabalho		Revoga a Portaria n.º 137/2001, de 1 de março	
Segurança e Saúde no Trabalho	Portaria n.º 71/2015, de 10 de março	10-03-2015	Aprova o modelo de ficha de aptidão de exame de saúde			
Segurança e Saúde no Trabalho	Portaria n.º 121/2016, de 4 de maio	04-05-2016	Revoga a Portaria n.º 112/2014, de 23 de maio, que regula a prestação de cuidados de saúde primários do trabalho através dos Agrupamentos de Centros de Saúde - ACES		Revoga a Portaria n.º 112/2014, de 23 de maio, que regula a prestação de cuidados de saúde primários do trabalho através dos Agrupamentos de Centros de Saúde - ACES	
Segurança e Saúde no Trabalho	Portaria n.º 55/2010, de 21 de Janeiro	21-01-2010	Regula o conteúdo do relatório anual referente à informação sobre a actividade social da empresa e o prazo da sua apresentação, por parte do empregador, ao serviço com competência inspectiva do ministério responsável pela área laboral.			
Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais	Lei n.º 98/2009, de 4 de setembro	04-09-2009	Regulamenta o regime de reparação de acidentes de trabalho e de doenças profissionais			
Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais	Decreto Regulamentar n.º 6/2001, de 5 de Maio	05-05-2001	Aprova a lista das doenças profissionais e o respectivo índice codificado.			Decreto Regulamentar nº 76/2007, de 17 de julho
Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais	Decreto Regulamentar nº 76/2007, de 17 de julho	17-07-2007	Índice Codificado das doenças profissionais	Decreto Regulamentar nº 6/2001, de 5 de maio		

TABELA DE LEGISLAÇÃO SIGNIFICATIVA RELACIONADA COM TRABALHOS EM ALTURA

Área	Requisito legal	Data de publicação	Âmbito	Altera	Revoga	Alterado por:
Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais	Decreto-Lei n.º 362/93, de 15 de Outubro	15-10-1993	Regula a informação estatística sobre acidentes de trabalho e doenças profissionais.			Ver DL 106/2017 que Revoga o Decreto-Lei N.º 362/93 de 15 de outubro mas apenas na parte relativa ao regime da informação estatística sobre acidentes de trabalho cuja responsabilidade pela reparação tenha sido transferida para um segurador
Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais	Portaria n.º 137/94, de 8 de Março	08-03-1994	Aprova os modelos de participação e mapas relativos a acidentes de trabalho			
Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais	Decreto - Lei n.º 106/2017, de 29 de agosto	29-08-2017	Regula a informação estatística sobre acidentes de trabalho e doenças profissionais).		Revoga o Decreto-Lei N.º 362/93 de 15 de outubro mas apenas na parte relativa ao regime da informação estatística sobre acidentes de trabalho cuja responsabilidade pela reparação tenha sido transferida para um segurador	
Movimentação Manual de Cargas	Decreto-Lei n.º 330/93, de 25 de Setembro	25-09-1993	Estabelece as prescrições mínimas de segurança e de saúde na movimentação manual de cargas e Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 90/269/CEE, do Conselho, de 29 de Maio.			Lei n.º 113/99, de 3 de agosto
Locais de Trabalho	Decreto-Lei n.º 347/93, de 1 outubro	01-10-1993	Relativo às prescrições mínimas de Segurança e Saúde nos locais de trabalho. – Transpõe para ordem jurídica interna a Diretiva n.º 89/654/CEE, do Conselho, de 30 de novembro			
Locais de Trabalho	Portaria nº 987/93, de 6 de outubro	06-10-1993	Regulamentação das normas técnicas respeitantes às prescrições mínimas de segurança e de saúde para os locais de trabalho			
Sinalização de Segurança	Decreto-Lei n.º 141/95, de 14 de Junho	14-06-1995	Estabelece as prescrições mínimas para a sinalização de segurança e de saúde no trabalho.			Decreto-Lei nº 88/2015, de 28 de maio
Sinalização de Segurança	Decreto-Lei nº 88/2015, de 28 de maio	28-05-2015	Altera as prescrições mínimas para a sinalização de segurança e de saúde no trabalho.	Procede à alteração do Decreto-Lei nº 141/95, de 14 de junho, que estabelece as prescrições mínimas para a sinalização de segurança e de saúde no trabalho, alterado pela Lei n.º 113/99, de 3 de agosto		
Sinalização de Segurança	Portaria n.º 1456-A/95, de 11 Dezembro	11-12-1995	Regulamenta as prescrições mínimas de colocação e utilização da sinalização de segurança e de saúde no trabalho, previstas no Decreto-Lei nº 141/95, de 14 de junho		Revoga a Portaria n.º 434/83, de 15 de Abril.	Portaria nº 178/2015, de 15 de junho
Sinalização de Segurança	Portaria nº 178/2015, de 15 de junho	15-06-2015	Procede à primeira alteração à Portaria nº 1456-A/95, de 11 de dezembro	Primeira alteração à Portaria nº 1456-A/95, de 11 de dezembro que regulamenta as prescrições mínimas de colocação e utilização da sinalização de segurança e saúde no trabalho		
Equipamentos de Proteção Individual	Regulamento (UE) 2016/425, do Parlamento Europeu e do Conselho de 9 de março de 2016	09-03-2016	Estabelece requisitos para a conceção e o fabrico de equipamentos de proteção individual (EPI) destinados a ser disponibilizados no mercado, a fim de assegurar a proteção da saúde e a segurança dos utilizadores e de estabelecer regras sobre a livre circulação de EPI na União		Revoga a Diretiva 89/686/CEE do Conselho de 21 de dezembro, relativo aos equipamentos de proteção individual	
Equipamentos de Proteção Individual	Decreto-Lei n.º 348/93, de 01 de Outubro	01-10-1993	Prescrições Mínimas de Segurança e Saúde para a utilização pelos trabalhadores de equipamento de protecção individual no trabalho) - Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 89/656/CEE, do Conselho, de 30 de Novembro, relativa às prescrições mínimas de segurança e saúde dos trabalhadores na utilização de equipamentos de protecção individual Identifica as prescrições mínimas de segurança e de saúde dos trabalhadores na utilização de equipamentos de protecção individual: - Obrigações do empregador; - Obrigações dos trabalhadores; - Informação dos trabalhadores; - Consulta dos trabalhadores.			Alterado pela Lei n.º 113/99 de 3 de Agosto Transpõe a Directiva 89/656/CEE de 30 de Novembro de 1989
Equipamentos de Proteção Individual	Lei n.º 113/99, de 3 de agosto	03-08-1999	Procede à alteração do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 348/93, de 1 de Outubro, relativo à proteção da segurança e da saúde dos trabalhadores na utilização de equipamentos de proteção individual	Procede à alteração do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 348/93, de 1 de Outubro, relativo à proteção da segurança e da saúde dos trabalhadores na utilização de equipamentos de protecção individual		
Equipamentos de Proteção Individual	Portaria n.º 988/93, de 06 de Outubro	06-10-1993	Estabelece as prescrições mínimas de segurança e de saúde dos trabalhadores na utilização de Equipamento de Protecção Individual, previstas no Decreto-Lei nº 348/93, de 1 de outubro			
Equipamentos de Proteção Individual	Portaria n.º 1131/93, de 04 de Novembro	04-11-1993	Estabelece as exigências essenciais relativas à saúde e segurança aplicáveis aos equipamentos de protecção individual			Portaria 109/96 e Portaria 695/97
Equipamentos de Proteção Individual	Portaria n.º 109/96, de 10 de abril	10-04-1996	Estabelece as exigências essenciais relativas à saúde e segurança aplicáveis aos equipamentos de proteção individual (EPI)	Altera os anexos I, II, IV E V da Portaria n.º 1131/93, de 4 de Novembro		

TABELA DE LEGISLAÇÃO SIGNIFICATIVA RELACIONADA COM TRABALHOS EM ALTURA

Área	Requisito legal	Data de publicação	Âmbito	Altera	Revoga	Alterado por:
Equipamentos de Proteção Individual	Portaria n.º 695/97, de 19 de Agosto	19-08-1997	Estabelece as exigências técnicas essenciais de segurança a observar pelos equipamentos de proteção individual (EPI) com vista a preservar a saúde e a segurança dos seus utilizadores Nota: Aplicável aos fornecedores	Altera os anexos I e V da Portaria n.º 1131/93, de 4 de Novembro		
Equipamentos de Proteção Individual	Decreto-Lei n.º 128/93, de 22 de Abril	22-04-1993	Prescrições mínimas de segurança a que devem obedecer o fabrico e comercialização de máquinas, de instrumentos de medição e de equipamentos de proteção individual			DL 139/95 e DL 374/98
Equipamentos de Proteção Individual	Decreto-Lei n.º 139/95, de 14 de Junho	14-06-1995	Prescrições mínimas de segurança a que devem obedecer o fabrico e comercialização de máquinas, de instrumentos de medição e de equipamentos de proteção individual	Decreto-Lei n.º 128/93, de 22 de Abril		
Equipamentos de Proteção Individual	Decreto-Lei n.º 374/98, de 24 de novembro	01-10-1993	Prescrições mínimas de segurança a que devem obedecer o fabrico e comercialização de máquinas, de instrumentos de medição e de equipamentos de proteção individual	Decreto-Lei n.º 128/93, de 22 de Abril		
Máquinas e Equipamentos	Decreto-Lei n.º 50/2005, de 25 de fevereiro	25-02-2005	Estabelece as prescrições mínimas de segurança e de saúde para a utilização pelos trabalhadores de equipamentos de trabalho e regulamenta a utilização de equipamentos destinados à execução de trabalhos em altura, para proteger a segurança e saúde dos trabalhadores.		Revoga o Decreto-Lei n.º 82/99, de 16 de Março, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 113/99, de 3 de Agosto.	
Máquinas e Equipamentos	Decreto-Lei n.º 221/2006, de 8 de novembro	08-11-2006	Estabelece as regras em matéria de emissões sonoras de equipamento para utilização no exterior			
Máquinas e Equipamentos	Decreto-lei n.º 103/2008, de 24 de junho	24-06-2008	Estabelece as regras relativas à colocação no mercado e entrada em serviço das máquinas e respetivos acessórios, transportando para ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2006/42/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de Maio, relativa a máquinas.			
Máquinas e Equipamentos	Decreto-Lei n.º 214/95, de 18 de agosto	18-08-1995	Estabelece as condições de utilização e comercialização de máquinas usadas, visando a protecção da saúde e segurança dos utilizadores e de terceiros			
Máquinas e Equipamentos	Portaria n.º 172/2000, de 23 de março	23-03-2000	Define a complexidade e características das máquinas usadas que revistam especial perigosidade			
Locais de Trabalho - ATEX	Decreto-Lei n.º 236/2003, de 30 de setembro	30-09-2003	Estabelece as prescrições mínimas destinadas a promover a melhoria da protecção da segurança e da saúde dos trabalhadores susceptíveis de serem expostos a riscos derivados de atmosferas explosivas			
Local de Trabalho - Construção Civil	Decreto n.º 41821, de 11 de Agosto de 1958	11-08-1958	Aprova o Regulamento de Segurança no Trabalho da Construção Civil.			
Local de Trabalho - Construção Civil	Decreto n.º 46427/1965, de 10 de julho	10-07-1965	Aprova o regulamento de Instalações Sociais Provisórias destinadas a pessoal empregado nas obras			
Local de Trabalho - Construção Civil	Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de Outubro	29-10-2003	Estabelece regras gerais de planeamento, organização e coordenação para promover a segurança, higiene e saúde no trabalho em estaleiros da construção e transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 92/57/CEE, do Conselho, de 24 de junho, relativa às prescrições mínimas de segurança e saúde no trabalho a aplicar em estaleiros temporários ou móveis			
Local de Trabalho - Construção Civil	Portaria n.º 101/96, de 3 de Abril	03-04-1996	Regulamenta as prescrições mínimas de segurança e de saúde nos locais e postos de trabalho dos estaleiros temporários ou móveis.			
Local de Trabalho - Indústria	Portaria n.º 53/71, de 3 de fevereiro	03-02-1971	Aprova o regulamento geral de segurança e higiene do trabalho nos estabelecimentos industriais			Portaria n.º 702/80, de 22 de setembro
Local de Trabalho - Indústria	Portaria n.º 702/80, de 22 de setembro	22-09-1980	Procede à alteração do regulamento geral de segurança e higiene do trabalho nos estabelecimentos industriais	Portaria n.º 53/71, de 3 de fevereiro		